Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 271157

Inexigibilidade: 1/2011

Data: 16/08/2011

Valor: 15.753,12

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, no elevador da marca Schindler nº 035669-7, localizado na sede do MPC/PA.

Fundamento Legal: Art. 25, I e art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Data de Ratificação: 16/08/2011

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso	Origem do Recurso
01122012545340000 339039	0101000000 Estadual

Contratado(s):

Nome: Elevadores Atlas Schindler S/A

Endereço: R Antônio Barreto, Bairro: Umarizal, 1260

CEP. 66060-020 - Belém/PA

Telefone: 9132135101

Ordenador: MARIA HELENA BORGES LOUREIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 271090 PORTARIA: 3665/2011-PG

Objetivo: PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE DISCUTIRÁ A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE EXTRAÇÃO DE CALCÁRIO E DA FÁBRICA DE CIMENTO.

Fundamento Legal: ART. 117 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 057 DE 6 DE JULHO DE 2006.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

PRIMAVERA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

999038/MARIA DA GRAÇA AZEVEDO SILVA (PROCURADORA DE JUSTIÇA) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 12/08/2011 a 12/08/2011<br

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

DIÁRIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 271102 PORTARIA: 3722/2011-PG

Objetivo: PARTICIPAR DO CURSO DE DIREITO À SAÚDE - II MÓDULO - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E INTEGRALIDADE.

Fundamento Legal: ART. 117 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 057, DE 6 DE JULHO DE 2006.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

CURITIBA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

999160/SUELY REGINA AGUIAR CRUZ (PROMOTORA DE JUSTIÇA) / 2.0 diárias (Completa) / de 01/09/2011 a 02/09/2011<br

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

DIÁRIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 271083 PORTARIA: 3715/2011-PG

Objetivo: PARTICIPAR COMO FACILITADORA DO II ENCONTRO NACIONAL DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS E DA UNIÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA.

Fundamento Legal: ART. 117 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 057, DE 6 DE JULHO DE 2006.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

RIO DE JANEIRO /RJ - Brasil<br

Servidor(es):

999276/SUMAYA SAADY MORHY PEREIRA (PROMOTORA DE JUSTIÇA) / 1.5 diárias (Completa) / de 18/08/2011 a 19/08/2011<br

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PORTARIA DA SGJ-TA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 271109 PORTARIA Nº 1396/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PJG, de 21 de março de 2011 e tendo em vista os termos o Ofício nº 109/2011/MP/CPADS, de 27/6/2011, protocolizado sob o nº 24792/2011,

R E S O L V E :

DESIGNAR o servidor ANTONIO CRUZ NEVES, Auxiliar de Administração, para, sem prejuízo de suas atribuições, desempenhar as funções de membro da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, durante o afastamento da servidora JACIREMA JENNY NUNES GOMES, no período de 10 a 26/8/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 29 de junho de 2011. JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça

área Técnico-Administrativa

RESOLUÇÃO Nº 011/2011-CPJ, DE 11 DE AGOSTO DE 2011 NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 271006

RESOLUÇÃO Nº 011/2011-CPJ, DE 11 DE AGOSTO DE 2011 Dispõe sobre o exercício do controle externo da atividade policial no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, órgão da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso VII, da Constituição Federal, e o art. 52, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006, estabelecem como função institucional do Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 20, de 28 de maio de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentou o art. 9º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e o art. 80 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, o controle externo da atividade policial;

CONSIDERANDO o projeto de Estratégias para a Efetivação do Controle Externo da Atividade Policial, aprovado em reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, ocorrida em Brasília no dia 30 de janeiro de 2009;

CONSIDERANDO a necessidade da readequação do exercício do controle externo da atividade policial à atual estrutura do Ministério Público do Estado do Pará, na busca de meios que visem à implantação de um sistema que permita a consolidação do controle das ocorrências policiais e seus desdobramentos; e

CONSIDERANDO, ainda, a proposta do Procurador-Geral de Justiça submetida à deliberação do Colégio,

R E S O L V E :

Art. 1º Estão sujeitos ao controle externo da atividade policial pelo Ministério Público os órgãos relacionados no art. 193 da Constituição Estadual, bem como as guardas municipais ou qualquer órgão ou instituição, civil ou militar, ao qual seja atribuída parcela de poder de polícia relacionada com a segurança pública e a persecução criminal.

Art. 2º O controle externo da atividade policial pelo Ministério Público tem como objetivo manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial judiciária, bem como a integração das funções do Ministério Público e das polícias voltadas para a persecução penal e o interesse público, atentando, especialmente, para:

I - o respeito aos direitos fundamentais assegurados nas Constituições Federal e Estadual, e nas leis;

II - a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público;

III - a prevenção da criminalidade;

IV - a finalidade, a celeridade, o aperfeiçoamento e a indisponibilidade da persecução penal;

V - a prevenção ou a correção de irregularidades, ilegalidades ou de abuso de poder relacionados à atividade de investigação criminal;

VI - a superação de falhas na produção probatória, inclusive técnicas, para fins de investigação criminal; e

VII - a probidade administrativa no exercício da atividade policial.

Art. 3º O controle externo da atividade policial será exercido:

I - na forma de controle difuso, por todos os membros do Ministério Público com atribuição criminal, quando do exame dos

procedimentos que lhes forem distribuídos; e

II - em sede de controle concentrado, pelos membros com atribuições específicas, conforme disciplinado em resolução própria do Colégio de Procuradores de Justiça, no âmbito de cada comarca.

Art. 4º Incumbe aos órgãos do Ministério Público, quando do exercício ou do resultado do controle externo da atividade policial, na sua forma concentrada:

I - realizar visitas ordinárias semestrais e, quando necessário, a qualquer tempo, visitas extraordinárias em repartições policiais, civis e militares, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares existentes em sua área de atribuição;

II - examinar, em quaisquer dos órgãos referidos no inciso anterior, autos de inquérito policial, inquérito policial militar, prisão em flagrante ou qualquer outro expediente ou documento de natureza persecutória penal, ainda que conclusos à autoridade, deles podendo extrair cópia ou tomar apontamentos, fiscalizando seu andamento e regularidade;

III - fiscalizar a destinação de armas, valores, substâncias entorpecentes, veículos e objetos apreendidos;

IV - fiscalizar o cumprimento dos mandados de prisão, das requisições e demais medidas determinadas pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, inclusive no que se refere a prazos;

V - verificar as cópias dos Boletins de Ocorrência ou sindicâncias que não geraram instauração de Inquérito Policial e a motivação do despacho da Autoridade Policial, podendo requisitar a instauração do inquérito, se julgar necessário;

VI - comunicar à autoridade responsável pela repartição ou unidade militar, bem como à respectiva Corregedoria ou autoridade superior, para as devidas providências, no caso de constatação de irregularidades no trato de questões relativas à atividade de investigação penal que importem em falta funcional ou disciplinar;

VII - requisitar a prestação de auxílio ou colaboração das Corregedorias dos órgãos policiais, para fins de cumprimento do controle externo, sempre que necessário;

VIII - fiscalizar o cumprimento das medidas de quebra de sigilo de comunicações na forma da lei, inclusive pelo órgão responsável pela execução da medida;

IX - expedir recomendações visando à melhoria dos serviços policiais, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa seja de responsabilidade do Ministério Público, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis; e

X - intensificar a fiscalização das abordagens policiais, recomendando a inadmissibilidade de qualquer prisão para averiguações, com limitação da liberdade de locomoção de qualquer pessoa sem ordem judicial, salvo os casos de flagrante delito.

§ 1º Incumbe, ainda, aos órgãos do Ministério Público, havendo fundada necessidade e conveniência, instaurar procedimento investigatório referente a ilícito penal ocorrido no exercício da atividade policial.

§ 2º O Ministério Público poderá instaurar procedimento administrativo visando sanar as deficiências ou irregularidades detectadas no exercício do controle externo da atividade policial, bem como apurar as responsabilidades decorrentes do descumprimento injustificados das requisições pertinentes.

§ 3º Decorrendo do exercício de controle externo repercussão do fato na área cível, e desde que não possua o órgão do Ministério Público encarregado desse controle atribuição também para a instauração de inquérito civil público ou ajuizamento de ação civil por improbidade administrativa, incumbe a este encaminhar cópias dos documentos ou peças de que dispõe ao órgão da Instituição com a referida atribuição.

Art. 5º Nas visitas ordinárias às Delegacias de Polícia, o Promotor de Justiça responsável pelo controle externo da atividade policial, na modalidade concentrada, levantará os seguintes dados do semestre anterior:

I - número de ocorrências registradas;

II - número de ocorrências que originaram inquéritos policiais;

III - número de ocorrências que originaram termos circunstanciados;

IV - número de ocorrências que originaram a lavratura de prisão em flagrante;

V - número de inquéritos policiais, termos circunstanciados e autos de prisão em flagrante remetidos ao Poder Judiciário;

VI - número de inquéritos policiais, termos circunstanciados e autos de prisão em flagrante em tramitação com prazo de encerramento excedido;

VII - número de ocorrências investigadas sem instauração de inquéritos policiais ou termos circunstanciados de ocorrências;

VIII - número de ocorrências não investigadas;

IX - número de autos de prisão em flagrante iniciados com a apresentação do autuado por policiais militares;

X - número de inquéritos policiais em andamento;